**16. DROGAS MATERIAIS E MEDICAMENTOS**

| Descrição | 2.020 | 2.019 |
|---|---|---|
| Medicamentos | (121.741) | (131.764) |
| Materiais de laboratório | (63.490) | - |
| Materiais hospitalares de consumo | (1.880.396) | (95.733) |
| Gases medicinais | (46.157) | (96.778) |
| Outros | (2.607) | (29.658) |
| | **(2.114.391)** | **(353.933)** |

**17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

| Descrição | 2.020 | 2.019 |
|---|---|---|
| Energia elétrica, água, gás, telefone e internet | (65.662) | (82.149) |
| Manutenções em gerais | (90.051) | (35.666) |
| Locações | (45.403) | (5.708) |
| Materiais de escritório e impressos | (44.379) | (22.889) |
| Materiais de Higiene limpeza e conservação | (51.938) | (34.610) |
| Viagens e estadias | (25.263) | (3.551) |
| Despesas com proc. de dados | (9.336) | (11.214) |
| Condução - taxis – estacionamento, frentes e carretos | (8.368) | - |
| Alimentação | (76.896) | (102.322) |
| Assessoria e consultoria | (74.682) | (54.383) |
| Outros | (88.765) | (25.855) |
| | **(580.743)** | **(378.347)** |

**18. INSS COTA PATRONAL - (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social -** Em 24 de julho de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 1.128 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Santa Casa de Misericórdia de Chavantes, relativo ao triênio de 2019 a 2021. **(b) Apresentação da cota patronal -** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa n° 14 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **19. RENÚNCIA FISCAL** - A Santa Casa de Misericórdia de Chavantes, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. A Santa Casa de Misericórdia de Chavantes é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminado: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Santa Casa de Misericórdia de Chavantes o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura Municipal, através de requerimentos específicos. Em atendimento a ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. º 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

| Descrição | 2.020 | 2.019 |
|---|---|---|
| Contribuição para o financiamento da seguridade social | (310.299) | (180.044) |
| Contribuição patronal ao INSS | (568.378) | (416.120) |
| | **(878.677)** | **(596.164)** |

Ressalte-se que os valores das contribuições são informados apenas nas notas explicativas, observado o seguinte: as referidas contribuições não representam custo, despesa ou obrigação da entidade em razão de sua imunidade e isenção tributária, bem como nenhum ganho efetivo, perda ou risco potencial à entidade. **20. PACIENTES ATENDIDOS** - Em conformidade aos requisitos do Ministério da Saúde no que diz respeito às internações, atendimentos ambulatoriais e ações prioritárias definidas na Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, sua atualização por meio da Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, Decreto 8.242 de 23 de maio de 2014, e Portaria 834 de 26 de Abril de 2016, apresentamos a apuração do percentual de atendimento ao SUS utilizando por base os atendimentos realizados:

No exercício de 2.020

| Descrição | Procedimento Ambulatorial |
|---|---|
| **Paciente SUS** | |
| (A) - Total de pacientes SUS (internações e atendimentos).. | 29.706 |
| **Paciente NÃO SUS** | |
| (B) - Total de pacientes não SUS (internações e atendimentos) | 1.449 |
| **(C) = (A + B) = Total de pacientes** | **31.155** |
| Percentual de Prestação de Serviços | |
| (F) = (C / E) - SUS | 95,35% |
| (G) = (D / E) - NÃO SUS | 4,65% |
| **TOTAL** | **100,00%** |

Portanto, a Entidade apurou 95,35% de atendimento ambulatorial a pacientes SUS, índice superior ao determinado pela Lei 12.101/09. **21. OUTROS ASSUNTOS - COVID 19** - O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial. A área da Saúde foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia de Covid-19. Os principais impactos observados na unidade hospitalar no exercício de 2020, foram: • Aumento substancial dos estoques hospitalares, tendo em vista a necessidade de aumentar o estoque de segurança das unidades, • Aumento de custos dos estoques hospitalares, em razão alta procura e baixa oferta de materiais hospitalares; A Administração entende que diante do impacto nas operações e resultados financeiros, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais até o momento.

**Composição**:
Anis Ghattas Mitri Filho - Presidente
Raimundo José Novais de Mesquita
Contador - CRC MA 011245/O-2 T-RJ

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores
**Santa Casa de Misericórdia de Chavantes -** Chavantes - SP

**Opinião com ressalva** - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Casa de Misericórdia de Chavantes (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva - a) Ativo imobilizado** - Em 31 de dezembro de 2.020, a entidade não possui controle individualizado para os bens constantes do ativo imobilizado, no montante líquido da depreciação acumulada de R$ 1.483.069. Adicionalmente, a entidade não efetuou a revisão das vidas úteis do ativo imobilizado, conforme determina as normas de contábeis CPC 27 – Ativo imobilizado e nem efetuou inventário físico dos bens. Consequentemente, não foi possível concluirmos quanto a existência e valorização do saldo do ativo imobilizado, bem como, seus efeitos correspondentes da depreciação no resultado do exercício e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020. **b) Estoques e consumo de materiais e medicamentos hospitalares** - Em 31 de dezembro de 2.020, os estoques da Entidade montam a R$ 112.298. A entidade não realizou inventário físico dos estoques e não conseguiu apresentar relatório analítico do saldo existente. Em razão desse fato, não conseguimos através dos procedimentos de auditoria concluir sobre a existência dos estoques, bem como, do reflexo no resultado do consumo de materiais e medicamentos hospitalares na ordem de R$ 2.114.391, consequentemente, o saldo dessas rubricas pode estar superavaliado ou subavaliado em 31 de dezembro de 2020. **c) Serviços médicos tomados de terceiros** - Em 31 de dezembro de 2020, os serviços médicos tomados de terceiros apresentados na nota explicativa n° 15 – Serviços de terceiros, montam a R$ 4.207.222. Obtivemos evidência apropriada e suficiente quanto aos saldos contábeis registrados através da inspeção de notas fiscais, produções médicas, contratos de prestações de serviços e comprovantes de pagamentos. Contudo, a entidade não conseguiu nos apresentar evidência apropriada e suficiente quanto aos procedimentos de contratação daqueles prestadores de serviços. **d) Obrigações sociais e trabalhistas - FGTS** - Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a pagar pela entidade a título de FGTS monta a R$ 348.800, sendo que 318.996 está em atraso. A entidade não conseguiu nos apresentar a composição total do saldo a recolher, bem como, não mensurou e não registrou as multas e juros decorrentes da inadimplência, consequentemente, o saldo a recolher está subavaliado. **e) Ausência de mensuração e divulgação do trabalho voluntário** - A Administração da entidade não efetuou a mensuração do trabalho voluntário recebido em nível administrativo e operacional, conforme determina a ITG 2002 R1 – Entidades sem finalidade de lucro. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019** - As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por auditores independentes. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de Maio de 2.021.

**LM AUDITORES ASSOCIADOS** - CRC 2SP018.611/O-8
**Maurício Diácoli** - CRC 1SP129.562/O-5

# Asa Branca Holding S.A.

CNPJ/ME n° 09.359.927/0001-97

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Relatório da Administração:** Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Asa Branca Holding S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social de 2020. A receita líquida atingiu R$ 116.605 milhares de reais em 2020 e era de R$ 92.230 milhares de reais em 2019. A Companhia apurou um resultado líquido positivo de R$ 4.311 milhares de reais em 2019 comparado a um resultado líquido negativo de R$ 3.257 milhares de reais no ano anterior, principalmente em função do aumento da receita líquida em 2020. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era R$ 170.110 milhares de reais. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 30 de abril de 2021. A ADMINISTRAÇÃO

**Balanço patrimonial**

| Ativo | Nota | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 6 | 30 | 8.435 | 3.997 |
| Contas a receber | 7 | | | 13.029 | 12.344 |
| Tributos a recuperar | 8 | 747 | 663 | 6.455 | 3.375 |
| Partes relacionadas | 9 | 6.836 | 5.147 | 12 | 7 |
| Despesas antecipadas | | 7 | 2 | 588 | 78 |
| Outras contas a receber | | | | 2.731 | 1.228 |
| Total do ativo circulante | | **7.596** | **5.842** | **31.250** | **21.029** |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Partes relacionadas | 9 | | 17 | 16 | |
| Depósitos vinculados a empréstimos | 10 | 19.507 | 19.156 | 74.001 | 48.781 |
| Depósitos judiciais | 17 | | | 207 | 101 |
| Tributos a recuperar | 8 | | | 2.216 | 1.931 |
| | | **19.507** | **19.173** | **76.440** | **50.813** |
| Investimentos | 11 | 147.746 | 144.449 | | |
| Imobilizado | 12 | | | 476.986 | 488.640 |
| Intangível | 13 | 12.731 | 13.736 | 12.739 | 13.747 |
| Total do ativo não circulante | | **179.984** | **177.358** | **566.165** | **553.200** |
| **Total do ativo** | | **187.580** | **183.200** | **597.415** | **574.229** |

| Passivo e patrimônio líquido | Nota | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | | 30 | 32 | 8.328 | 4.533 |
| Empréstimos | 14 | 1 | | 33.887 | 34.053 |
| Partes relacionadas | 9 | 120 | 52 | 3.263 | 748 |
| Tributos e obrigações trabalhistas a pagar | 15 | 4 | 36 | 2.939 | 2.793 |
| Provisão de ressarcimento | 16 | | | 64.197 | 24.512 |
| Total do passivo circulante | | **155** | **120** | **112.614** | **66.639** |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos | 14 | | | 270.912 | 303.951 |
| Partes relacionadas | 9 | 17.315 | 17.281 | 2.091 | |
| Provisão para contingência | 17 | | | 300 | |
| Provisão de ressarcimento | 16 | | | 33.353 | 30.440 |
| Provisão de desmobilização | 16 | | | 8.035 | 7.400 |
| Total do passivo não circulante | | **17.315** | **17.281** | **314.691** | **341.791** |
| Total do passivo | | **17.470** | **17.401** | **427.305** | **408.430** |
| Patrimônio líquido | 18 | | | | |
| Capital social | | 179.403 | 179.403 | 179.403 | 179.403 |
| Prejuízos acumulados | | (9.293) | (13.604) | (9.293) | (13.604) |
| | | **170.110** | **165.799** | **170.110** | **165.799** |
| Total do patrimônio líquido | | **170.110** | **165.799** | **170.110** | **165.799** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **187.580** | **183.200** | **597.415** | **574.229** |

**Demonstração do Resultado do Exercício**

| | Nota | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida de vendas | 19 | | | 116.605 | 92.230 |
| Energia elétrica comprada | 20 | | | (16.604) | (1.090) |
| Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão, e taxa de fiscalização | 20 | | | (8.414) | (7.521) |
| Custo de operação | 20 | | | (48.862) | (49.299) |
| **Lucro bruto** | | | | **42.725** | **34.320** |
| Despesas gerais e administrativas | 21 | (995) | (513) | (11.855) | (5.866) |
| Resultado com participações societárias | 11 | 5.048 | (3.413) | | |
| **Lucro (prejuízo) operacional** | | **4.053** | **(3.926)** | **30.870** | **28.454** |
| **Resultado financeiro** | 22 | | | | |
| Despesas financeiras | | (35) | (39) | (23.719) | (29.857) |
| Receitas financeiras | | 403 | 1.267 | 1.256 | 2.298 |
| | | **368** | **1.228** | **(22.463)** | **(27.559)** |
| **Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social** | | **4.421** | **(2.698)** | **8.407** | **895** |
| Imposto de renda e contribuição social | 23 | (110) | (559) | (4.096) | (4.152) |
| **Lucro (prejuízo) do exercício** | | **4.311** | **(3.257)** | **4.311** | **(3.257)** |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$ | 24 | | | **0,02** | **(0,02)** |

**Demonstração do resultado abrangente**

| | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 4.311 | (3.257) | 4.311 | (3.257) |
| Outros componentes do resultado abrangente | | | | |
| **Total do resultado abrangente** | **4.311** | **(3.257)** | **4.311** | **(3.257)** |

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

| | Capital social | Lucros (prejuízos) acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|
| **Em 01 de janeiro de 2019** | 179.403 | (10.347) | 169.056 |
| Prejuízo do exercício | | (3.257) | (3.257) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **179.403** | **(13.604)** | **165.799** |
| Lucro líquido do exercício | | 4.311 | 4.311 |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **179.403** | **(9.293)** | **170.110** |

**Daniel Araque** - Diretor: VP Finanças
**Edson Sá** - Contador: - CRC – 1SP263284-O

As demais demonstrações financeiras e notas explicativas na íntegra estão sendo publicadas no Jornal Diário de Notícias, edição de 26/05/2021 e encontram-se também disponíveis, na sede e no site www.contourglobal.com

**Demonstração dos fluxos de caixa**

| | Controladora 2020 | Controladora 2019 | Consolidado 2020 | Consolidado 2019 |
|---|---|---|---|---|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | 4.421 | (2.698) | 8.407 | 895 |
| **Ajustes de receitas e despesas** | | | | |
| Depreciação e amortização | 1.005 | 1.006 | 30.442 | 30.106 |
| Baixa de ativo imobilizado | | | 5.872 | 3.198 |
| Resultado com participações societárias | (5.048) | 3.413 | | |
| Provisão para contingência | | | 567 | |
| Provisão de ressarcimento | | | 42.599 | 39.538 |
| Atualização financeira desmobilização | | | 786 | 725 |
| Juros, variações monetárias e cambiais | 1 | | 21.469 | 28.057 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | |
| Contas a receber | | | (685) | 944 |
| Tributos a recuperar | (84) | (180) | (3.365) | (966) |
| Partes relacionadas | 181 | (5.136) | 4.584 | 982 |
| Outras contas a receber | | | (1.503) | (1.196) |
| Despesas antecipadas | (5) | | (510) | 794 |
| Depósitos judiciais | | | (373) | (21) |
| Fornecedores | (2) | | 3.796 | (11.288) |
| Outras contas a pagar | | | | (16.325) |
| Tributos e obrigações trabalhistas a pagar | | 40 | 32 | 49 |
| **Caixa gerado nas operações** | **469** | **(3.555)** | **112.118** | **75.492** |
| Juros pagos de empréstimos | | | (21.635) | (27.024) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (142) | (565) | (3.982) | (3.853) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais** | **327** | **(4.120)** | **86.501** | **44.615** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado | | | (23.804) | (9.758) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | | | **(23.804)** | **(9.758)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Ingresso de empréstimos | | | | 909 |
| Pagamento de empréstimos | | | (33.039) | (32.922) |
| Depósitos vinculados a empréstimos | (351) | 4.134 | (25.220) | (6.735) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento** | **(351)** | **4.134** | **(58.259)** | **(38.748)** |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos** | (24) | 14 | 4.438 | (3.891) |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | **30** | **16** | **3.997** | **7.888** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | **6** | **30** | **8.435** | **3.997** |